Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Documentação
Fonte A crítica
Data 7/10/2001 Pg C5
Class. 1267 Educação

PROJETO PIRA-YAWARA

Dignidade para o índio

Fotos: Euzivaldo Queiroz – nov/99

AMAZONINO CRIA PROJETOS REVOLUCIONÁRIOS QUE RESGATAM A CULTURA DOS POVOS DA FLORESTA DO AMAZONAS

APRENDENDO Formação de professores indígenas garantirá aos alunos das diferentes etnias o ensino fundamental e médio e o diferencial da iniciativa é adotar a língua

Após anos de injustiças com a cultura indígena, o Governo do Amazonas está resgatando essa dívida com os índios em todo o Estado. E um dos principais ícones é o projeto Pira-Yawara, que consiste na formação de professores indígenas para assegurar e implantar o ensino fundamental e médio. O diferencial da iniciativa é adotar a língua mãe das diversas comunidades como primeira língua. Segundo o governador Amazonino Mendes, serão essas escolas indígenas que vão garantir uma educação específica e bilíngüe para as diversas etnias. "Qualquer cultura, por mais primitiva que pareça, deve ser preservada sobre tudo pela riqueza inestimável de conhecimentos", disse. "O ensino, juntamente com a grafia da cultura oral, é uma forma de eternizar este patrimônio das últimas nações indígenas do mundo".

Para completar o ciclo educacional da população indígena do Amazonas, o governador criará a Universidade Indígena. Pelo menos 100 mil índios de 65 etnias do Estado, detentor da maior população nativa em diversidade e densidade étnica do País, terão com o projeto a oportunidade de concluir uma escola de nível superior. Amazonino determinou ao presidente da Fundação Estadual de Política Indigenista, Ademir Ramos, a criação da Universidade em São Gabriel da Cachoeira. Dentro dessa estrutura será instalado o Centro de Formação Cultural Indígena, conveniado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A previsão do Governo é de oito meses para que a Universidade Indígena seja implantada.

Hoje, 523 professores índios do projeto Pira-Yawara estão em processo de formação e, em cinco anos, eles, pertencentes as 62 etnias existentes da Amazônia, passem a ser responsáveis diretos pela formação de 22.678 alunos, distribuídos em 580 escolas dos 48 municípios do Estado. Alguns municípios saíram na frente e já executam a primeira fase do projeto. É o caso de Lábrea (a 837 quilômetros de Manaus) e que por meio da Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino (Seduc), está proporcionando a quase 2 mil índios a oportunidade de resgatar sua própria cultura.

A grade curricular é um dos pontos fortes do projeto, que prevê 14 disciplinas para o ensino fundamental e matérias como História do Amazonas, Ciências da Natureza e língua indígena Sateré-Mawé. Para o ensino médio são 20 disciplinas e na matéria Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, os professores aprendem a formular uma política cultural para seu povo. O importante é que a língua indígena é o instrumento de ensino que deverá ser perpetuada através da educação.

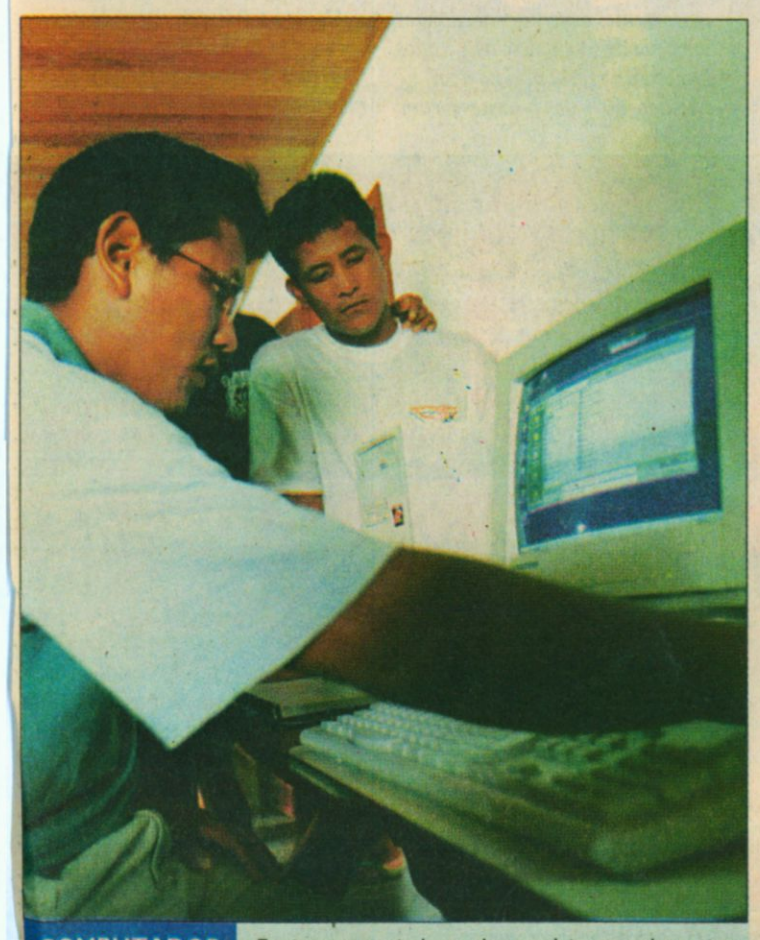
No início das aulas, os índios professores mostram aos instrutores da Seduc como aplicar o conteúdo das disciplinas em suas escolas. Com prática em pesquisas baseadas na experiência, os trabalhos mostram a visão de cada etnia sobre os mais diversos assuntos, desde o aprendizado da língua até as matérias tradicionais. A música também é uma prática usada pelos índios Jarawara para demonstrar o conhecimento em sua língua. Nesse caso, eles cantam o hino de sua tribo e falam sobre temas como natureza, os animais e a relação do índio com o homem branco. O trabalho é tão sério, que os índios fazem questão de executar músicas de domínio popular na língua indígena, como por exemplo, a canção natalina "Noite Feliz".

Distância é obstáculo

Uma das maiores dificuldades do projeto Pira-Yawara é a distância dos municípios onde encontram-se as aldeias a serem trabalhadas. Para se ter uma idéia, os professores que querem chegar na aldeia no Vale do Javali, em Rio Pardo, precisam viajar por dois dias. O destino da viagem, uma clareira aberta na mata pelas aldeias para a construção da escola, só é atingido após o consumo de 5.600 litros de combustível, utilizados pelo avião e a voadeira. A opção da cla clareira na mata foi feita porque os índios não queriam se misturar com os não-índios, com o propósito de evitar a convivência fora da cultura indígena e até mesmo o contato com a bebida alcoólica

O projeto será desenvolvido em nove etapas, totalizando uma carga horária de 5.600 horas/aula, com matérias específicas e abrangentes. Em razão da distância, a aplicação das disciplinas pelo corpo docente pode ser prejudicada, ultrapassando o período de três anos, estimado para a implementação do projeto. Está prevista a realização de duas ou três etapas de trabalho por ano, com cada etapa com 48 dias de trabalho. A primeira etapa contem 440 horas de trabalho, refletindo em 44 dias letivos.

Em contrapartida às dificuldades encontradas na aplicação do projeto, novas dinâmicas de aprendizagem, como o uso do computador, da televisão e de fitas de vídeo, estão sendo aplicadas e vêm chamando a atenção dos moradores. Essa novidade faz com que mães de alunos e vizinhos se encontrem para assistir às aulas. O custo total da primeira etapa do projeto será de R$ 300 mil e calcula-se que até o final das nove etapas, o governo irá gastar R$ 2,7 milhões.



COMPUTADOR Equipamento ajuda no desenvolvimento do ensino

DEMOCRACIA

"PRECISAMOS AJUDAR MAS SEM PREJUDICAR A CULTURA DOS ÍNDIOS, PRINCIPALMENTE A INFLUÊNCIA ARQUITETÔNICA, DEVENDO SEGUIR SUAS PRÓPRIAS CARACTERÍSTICAS"

ARLENE BONFIM, gerente de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas

AULAS Preservação cultural com ensino da língua indígina

ESTUDO Aluna se empanha em busca do aprendizado

Modelo das escolas sofrerá influência direta das etnias

O secretário de Educação do Estado, Vicente Nogueira, garante que o projeto Pira-Yawara é um sucesso sobretudo porque permite que o trabalho seja feito de forma saudável, com as organizações não-governamentais e as comunidades indígenas e não-indígenas. "Essa troca é importante ", disse Nogueira, que desenvolve o projeto - um marco do governador Amazonino Mendes - com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). "Queremos uma escola bilíngüe que respeite a cultura do índio e permita que ele não tenha vergonha de ser índio".

A professora Arlene Bonfim, gerente de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas, explica que a construção das escolas, a exemplo da metodologia, deve respeitar os costumes dos índios. "Precisamos ajudar mas sem prejudicar a cultura dos índios, principalmente a influência arquitetônica, devendo seguir suas próprias características", analisa a professora, referindo-se aos espaços físicos onde serão construídas as escolas dos índios. "Não podemos recomendar a utilização de amianto ou zinco na construção, materiais completamente fora dos padrões indígenas e que podem ser uma agressão contra os seus costumes". Outro fator importante que deve ser levado em conta , segundo ainda a professora, é o local de construção das escolas. Para a Seduc , elas precisam ser feitas em lugares agradáveis. Assim, garante, evitar casos constantes de escolas construídas de alvenaria - por diferentes instituições - que estão completamente abandonadas e destruídas. Um bom exemplo aconteceu no município de Borba, onde uma escola construída em um prédio de alvenaria está completamente abandonada. Nesse local existe um barracão de chão batido, coberto por palhas e sem parede, mas que os índios não cansam de dizer que é a escola. Segundo a professora Arlene, esse fato acontece pelo simples fato desse barracão ser o espaço mais democrático da aldeia, permitindo que a participação das pessoas não ocorra apenas durante nas aulas, mas também em reuniões e assembléias. Dessa maneira, todas as lideranças têm acesso ao local, servindo de mais um motivo de motivação para os alunos freqüentarem a escola. Esse exemplo de democracia em Borba, permitiu que dona Estér, uma senhora indígena com mais de 80 anos, seja a principal professora da língua nativa daquela etnia.

Rodrigo Araújo – 4/set/01

ESPAÇO Índios devem decidir sobre construção das escolas